



Sumário Executivo da 17ª Reunião Ordinária do COMUSP

Data: 16 de setembro de 2024

Horário: Início às 08:45 e encerramento às 11:40

Local: Sala de Reuniões do Paço Municipal, São Bento do Sapucaí, SP

Participantes:

- **Representantes da Sociedade Civil:** Maria Luiza Potenza, Cássia Schroeder Buitoni e Felipe Faccio.
- **Representantes da Administração Municipal:** Leonardo de Souza Tenório (Ouvidoria Municipal), Audalice Chaves Hildebrando da Silva (Procuradoria Geral do Município) e Valéria Célia da Silva Valinho (Secretaria de Governo e Administração)
- **Suplentes da Sociedade Civil:** Silvio Manoel do Nascimento, Antônio Marcos de Lima

Pauta e Deliberações:

- 1. Contratação de Bombeiros Civis para o Monumento Natural Pedra do Baú:**
 - O conselheiro Felipe trouxe a questão sobre a transparência e a situação da contratação de bombeiros civis.
 - O usuário-ouvinte, com experiência no local, explicou desafios e irregularidades percebidas na prestação de serviços.
 - A Administração informou sobre a fiscalização dos contratos e discutiu a possibilidade de uma contratação emergencial até a finalização da nova licitação.
- 2. Plano de Divulgação e Incentivo à Participação Popular:**
 - Cássia abordou a necessidade de melhor divulgação dos conselhos e sugeriu votações em bairros para a escolha dos representantes, além de ampliar a comunicação por diversos canais.
 - O projeto do COMUSP itinerante foi mencionado como forma de aumentar o engajamento comunitário.
- 3. Pesquisa de Avaliação dos Serviços da Santa Casa:**
 - Informou-se que a pesquisa ficará para a próxima gestão, pois a equipe da Estratégia de Saúde da Família não poderá participar este ano.
- 4. Adesão ao Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba:**
 - Rafael, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, expôs a proposta de adesão ao Consórcio, destacando os benefícios de celeridade e controle para licenciamentos ambientais de baixo e médio impacto.
 - Foram discutidos o impacto fiscal, a adequação técnica e a necessidade de revisão da legislação ambiental municipal antes da adesão.
 - Em votação, decidiu-se por postergar a deliberação para maior estudo do tema, sendo aprovada uma reunião extraordinária para análise mais detalhada.



ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024

1 Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e
2 quarenta e cinco minutos, na sala de reuniões do Paço Municipal em São Bento do Sapucaí,
3 Estado de São Paulo, realizou-se a décima sétima reunião ordinária do Conselho Municipal
4 de Usuários dos Serviços Públicos (COMUSP) do corrente ano. Estavam presentes os
5 representantes titulares da Sociedade Civil: Maria Luiza Potenza, Cássia Schroeder Buitoni
6 e Felipe Faccio. Estavam presentes os representantes titulares da Administração Municipal:
7 Leonardo de Souza Tenório (Ouvidoria Municipal), Valéria Célia da Silva Valinho (Secretaria
8 de Governo e Administração) e Audalice Chaves Hildebrando da Silva (Procuradoria Geral
9 do Município). Registrou-se a presença dos membros suplentes representantes da
10 sociedade civil: Silvio Manoel do Nascimento e Antônio Marcos de Lima. No início dos
11 trabalhos, a Presidente abriu a pauta sobre representação de usuário quanto a licitação
12 pendente para contratação de bombeiros civis para o Monumento Natural Pedra do Baú,
13 trazida pelo conselheiro Felipe, o qual iniciou sua fala informando que existe a demanda de
14 bombeiros no Monumento Natural, explicando do que se trata esse serviço que são
15 contratados por edital, não havendo transparência aos interessados. Informou, ainda, que
16 os bombeiros que estão trabalhando atualmente estão sem contrato vigente. O usuário-
17 ouvinte se manifestou, com autorização da presidência, explicando como funciona na prática
18 a execução dos serviços de bombeiros e controladores de acesso, visto que desempenha
19 atividades comerciais através de sua agência no complexo Pedra do Baú. Citou as licitações
20 para esse tipo de contratação e repassou pelo histórico dos contratos desde dois mil e vinte
21 um. Informou que trouxe essa demanda ao conselho para entender melhor todo o processo
22 de contratação e execução pela Prefeitura, informando que acredita que algumas
23 informações não são transparentes. O usuário-ouvinte informou que o contrato vigente
24 encerraria em outubro e até o momento da reunião não havia edital publicado para nova
25 contratação. Indicou que não encontrou os editais antigos no site da Prefeitura e que não
26 sabe como a empresa contratada está recebendo pelo serviço prestado. Asseverou que a
27 empresa subcontratou o serviço. Também relatou sobre um rumor de que a prefeitura
28 contrata oito prestadores de serviços, mas a empresa disponibiliza apenas cinco. Audalice

29 informou que os contratos são fiscalizados. Valéria explicou que o contrato estaria vigente e
30 que solicitou manifestação de interesse para renovação, porém, a empresa não aceitou,
31 informando que a contratação seria licitada. Reforçou, ainda, que esses tipos de
32 irregularidades constatadas pelo usuário-ouvinte precisam ser denunciados formalmente
33 aos departamentos competentes. O usuário-ouvinte informou que mandam relatórios de
34 execução à Diretoria do MoNa. Reclamou que o edital sai com data muito próxima do final
35 do contrato, ficando um tempo sem execução do serviço, ou falta tempo hábil para
36 treinamento dos novos prestadores. Valéria explanou sobre o histórico dos processos
37 internos para contratação. A Presidente questionou o usuário-ouvinte se gostaria que
38 mantivessem os prestadores de serviços atuais, o qual respondeu negativamente. Cássia
39 se manifestou solicitando que os requisitos de contratação e prestação de serviço precisam
40 ser melhores especificados. Valéria, em diligência, constatou que o edital e a ata vigente
41 não estavam disponíveis no site da Prefeitura. Audalice questionou se os bombeiros
42 continuaram a prestação de serviço durante o fechamento do parque por conta do risco de
43 incêndio. Lucas Nillo, Diretor do Monumento Natural Pedra do Baú, informou que ficaram à
44 disposição no parque por conta mesmo do risco elevado de incêndio. Questionou-se se os
45 bombeiros possuíam certificação para o trabalho no local. Lucas informou que todos
46 possuem formação na Norma Regulamentadora número trinta e cinco para trabalho em
47 altura. O usuário-ouvinte reclamou da troca de bombeiros e que novos não têm competência
48 para executar os serviços. Lucas protestou dizendo que, para as agências da cidade, nada
49 está em conformidade. Explicou diversos pontos quanto a rotina do parque, controle de
50 visitação e controle do fluxo de pessoas na subida da Pedra do Baú. Asseverou que as
51 agências querem executar as subidas e descidas rapidamente, não respeitando a velocidade
52 de fluxo segura. O usuário-ouvinte, nesse momento, protestou negando a afirmação, sobre
53 as agências, do Diretor do Monumento Natural Pedra do Baú, dizendo que tem diversas
54 críticas sobre a prestação de serviço no local. Audalice leu as especificações de contratação
55 de bombeiros no processo licitatório. Todos verificaram a conformidade. Leonardo
56 questionou Lucas sobre a subcontratação e execução parcial alegada pelo usuário-ouvinte.
57 Lucas negou as afirmações, dizendo que essas práticas irregulares não acontecem.
58 Leonardo reforçou que a nova contratação precisa deixar claro o vínculo dos funcionários
59 com a empresa contratada. A Presidente questionou sobre a possibilidade de se fazer uma



COMUSP
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ

Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos

60 contratação emergencial e quanto tempo levaria para efetivação desse processo. Audalice
61 informou sobre a possibilidade de contratação emergencial até a efetivação da licitação. O
62 usuário-ouvinte questionou sobre o tempo para publicação do edital. Valéria explicou que
63 por Lei são necessários, pelo menos, oito dias úteis, feita publicação em diários oficiais.
64 Audalice pontou sobre a existência de uma fila de licitações e processos emergenciais. O
65 usuário-ouvinte disse estar satisfeito com os esclarecimentos. Valéria reforçou a
66 necessidade e possibilidade de se registrar qualquer manifestação na Ouvidoria ou através
67 do COMUSP. Seguindo para próxima pauta, a Presidente colocou a questão sobre o plano
68 para divulgação dos conselhos objetivando incentivar a população a participar. Com a
69 palavra, Cássia informou que conversou com representantes das escolas, bem como criticou
70 a falta de publicação do Edital para composição dos conselhos das Unidades Gestoras. Foi
71 informado que a escolha, dos representantes desse conselho, seria por votação. Cássia
72 ponderou que as votações precisavam ocorrer nos bairros e não na Prefeitura, bem como
73 sugeriu que a comunicação deveria ser por todos os canais, *online* e *offline*. A
74 Presidente, nesse momento, lembrou do projeto do COMUSP itinerante. Cássia comentou
75 sobre outro município que possui a Casa dos Conselhos. Felipe pontuou que as reuniões na
76 Prefeitura têm seus pontos positivos, como acesso a informações e processo com mais
77 facilidade. Marcos Antônio reforçou a necessidade do controle social na formação dos
78 conselhos da Unidades Gestoras. Encerrada essa pauta, a Presidente abriu para
79 comunicação sobre a pesquisa de avaliação dos serviços prestados pela Santa Casa de
80 Misericórdia, informando que conversou com a Secretária de Saúde para utilização de
81 equipes da Estratégia de Saúde da Família, na qual se mostrou inviável para esse ano.
82 Assim, decidiu-se por adiar a pesquisa para a próxima gestão. Seguindo a pauta, a
83 Presidente abriu para debate e posterior deliberação sobre o ofício recebido da Câmara
84 Municipal solicitando posicionamento do conselho quanto ao Projeto de Lei que aprova a
85 entrada do município de São Bento do Sapucaí no Consórcio Público Agência Ambiental do
86 Vale do Paraíba. O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Rafael, iniciou sua fala
87 reforçando que estava se expressando como Secretário Municipal. Explanou sobre o
88 histórico da proposta e trâmites na Câmara Municipal. Explicou brevemente sobre o
89 consórcio, consorciados, valores a serem pagos pelo município que ficam em torno de cinco
90 mil por mês. Leu a finalidade do Consórcio Público em seu estatuto. Reforçou que



COMUSP
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ

Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos

91 licenciamentos de baixo e médio impacto sairiam da CETESB e seriam de responsabilidade
92 do Consórcio. Explicou que as taxas pagas pelos usuários desse serviço viriam para os
93 cofres municipais. Pontuou que, com o Consórcio, haveria um ganho de tempo de
94 licenciamento em geral, visto que os processos nessa entidade são mais céleres em
95 comparação com os da CETESB. Relembrou que as obras públicas também precisam de
96 licenciamento ambiental, quando aplicável, sendo um agravante a morosidade, implicando
97 na possibilidade de perda de recursos de convênios com demais entes da federação.
98 Vinícius, Coordenador da Defesa Civil, asseverou que a falta de planejamento por parte dos
99 interessados favorece problemas com morosidade dos processos na CETESB. Rafael
100 reforçou que o licenciamento ambiental é a última etapa de um projeto para obra pública,
101 ficando com prazos apertados. Ian, Fiscal Ambiental, pontuou que o Consórcio traz
102 celeridade e menores custos para o particular, porém, a CETESB seria mais criteriosa em
103 suas análises e licenciamentos. Rafael explanou que com o Consórcio haveria maior
104 controle e poder de fiscalização por parte da Prefeitura, bem como haveria consultoria para
105 aprimoramento da legislação ambiental do município. Pontuou, ainda, que a facilidade nos
106 licenciamentos ambientais poderia propiciar erros. Leonardo questionou sobre a
107 possibilidade de uma atribuição do estado ser delegada ao município e se havia previsão
108 legal para isso. Rafael confirmou que sim, existe lei e regulamentação para essa
109 possibilidade. Ian reforçou a necessidade de revisão da legislação ambiental municipal e
110 Plano Diretor antes de aderir ao Consórcio. Cássia pontuou algumas problemáticas do
111 Consórcio, como baixa fiscalização dos processos e corpo técnico do Consórcio ser
112 majoritariamente composto por servidores temporários. Houve discussão sobre a legislação
113 ambiental municipal e o que precisava ser aprimorado. A Presidente posicionou-se sobre a
114 necessidade de se revisar toda a legislação municipal antes da adesão ao Consórcio.
115 Cristian, Fiscal Ambiental, indagou se haveria possibilidade de contratar a assessoria do
116 Consórcio para revisão da legislação ambiental. Houve discussão sobre possibilidade de
117 adesão parcial ao Consórcio visando a assessoria jurídica e legislativa. Audalice reforçou
118 que essa possibilidade não consta claramente no protocolo de intenções do Consórcio.
119 Houve discussões sobre outros pontos da pauta. A Presidente colocou para deliberação do
120 plenário. Houve solicitação de postergação da deliberação para melhor estudo do tema. Em
121 votação sobre a postergação da deliberação, foi aprovado por todos os presentes. A



COMUSP
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ

Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos

122 Presidente requereu que fosse solicitada dilação de prazo para resposta do Conselho, bem
123 como marcaria uma extraordinária para deliberação do tema. E, não havendo mais a tratar,
124 encerrou-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Lavrou-se a presente ata,
125 contendo as assinaturas dos membros titulares do Conselho Municipal de Usuários dos
126 Serviços Públicos presentes.

Maria Luiza Potenza
Presidente

Leonardo de Souza Tenório
Secretário

Cássia Schroeder Buitoni
Vice-Presidente

Audalice Chaves Hildebrando da Silva
Membro

Valéria Célia da Silva Valinho
membro

Felipe Faccio
Membro